



<http://dx.doi.org/10.12702/VIII.SimposFloresta.2014.103-200-1>

Planos de Manejo Florestal em Pernambuco, Brasil

Isabelle M. J. Meunier¹, Rinaldo L. C. Ferreira¹, José A. A. da Silva¹

¹Universidade Federal Rural de Pernambuco (imjmeunier@gmail.com; rinaldo@dcpf.ufrpe.br; jaaleixo@uol.com.br)

Resumo: *Objetivou-se identificar as principais características de Planos de Manejo Florestal (PMF) da Caatinga Pernambuco, consultando as normas vigentes e descrevendo os aspectos solicitados em 41 PMF. Nenhum PMF adotou estimativas locais de crescimento, assumindo indistintamente o ciclo de corte de 15 anos. O único objetivo da exploração florestal foi a produção de lenha, não considerando os usos potenciais das espécies. Não se adotaram práticas silviculturais nem métodos de monitoramento. Não se apresentaram análises do estado de conservação e de interações da vegetação com a fauna ou com os componentes do meio físico. As análises econômicas restringiram-se às previsões de custos e receitas. O planejamento do manejo florestal na Caatinga teve como objetivo o licenciamento da exploração florestal, resumindo-se as estimativas ao volume a ser autorizado para exploração. Informações sobre a dimensão social não são solicitadas nem foram informadas.*

Palavras-chave: Caatinga; Exploração; Lenha.

1. Introdução

A atividade florestal no Nordeste brasileiro tem baixo grau de formalização e, apesar da importância dos produtos e serviços florestais, não é objeto de políticas públicas efetivas busquem promover sua sustentabilidade e monitorem seus resultados. Com caráter fortemente extrativista, a exploração da vegetação da caatinga traz como desafio atender à demanda por dendrocombustíveis (lenha e carvão) sobre a qual não se conhecem dados confiáveis nem se estimam tendências de crescimento ou retração. Os Planos de Manejo Florestal Sustentado da caatinga são estratégia de política pública voltada à produção de biomassa para energia (PERNAMBUCO, 2000) e conduzidos em conformidade com o que determina a

Instrução Normativa (IN) nº 7/2006 da Agência de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (CPRH, 2006).

Buscando instrumentos para melhor conhecer a atividade, este trabalho teve como objetivo identificar as principais características de Planos de Manejo Florestal (PMF) da Caatinga Pernambuco.

2. Material e Métodos

Foram realizadas consultas às normas vigentes e analisada uma amostra de 41 PMF, consultados na íntegra, descrevendo os aspectos solicitados na IN Nº 7/2006.

3. Resultados e Discussão

Os 41 PMS analisados estavam localizados em 19 municípios da região semiárida pernambucana, integrantes das Regiões de Desenvolvimento Agreste Setentrional, Araripe, Itaparica, Sertão do Moxotó, do Pajeú, do São Francisco e Sertão Central. Os projetos, com áreas que variaram de 31,75 a 1.100,00 ha, foram desenvolvidos em propriedade rurais com extensão entre 50,00 a 2.592,95 ha, sendo a maior parte delas (57,1%) superior a 500 ha. As dimensões dos talhões variaram amplamente, de 3,1 a 73,3 ha, proporcionalmente às áreas manejadas.

As áreas de manejo representaram de 10 a 100% da propriedade, sendo esses os casos de Plano de Manejo Simplificado Simultâneo (PMFSS), nos quais os proprietários averbaram área de outra fazenda de sua propriedade como reserva legal. Em média, as propriedades dedicaram 46,33% de sua extensão para a execução dos PMF. Oito dos PMF foram do PMFSS, com um único talhão inferior a 50 ha. Treze planos podem ser considerados comunitários, tendo associações de agricultores, moradores ou assentados da reforma agrária como interessados.

O ciclo de corte foi sempre de 15 anos, mínimo estabelecido pelas normas estaduais. A maioria adotou 15 talhões, exceto nos PMFSS e em dois outros PMF, onde se empregaram 10 talhões de áreas semelhantes. O estoque médio explorável variou amplamente em função da produção média por hectare e da área explorada. Os 41 PMF apresentaram média geral de 176,36 st/ha, com coeficiente de variação de 63,3% e médias de volume explorável por PMF variando de 27,07 a 552,34 st/ha.

O objeto da produção foi lenha (25 PMF) e carvão (14 PMF). Apenas um PMF, na amostra, buscou quantificar, além do carvão a ser produzido, outros produtos madeireiros (estacas e mourões) e não madeireiros (cascas).

A intensidade amostral adotada nos inventários variou de 0,04 a 1,15%, com parcelas de 400m², sendo informados erros de amostragem inferiores a 20% em todos os PMF. O fator de forma 0,9 para estimar o volume real foi utilizado por 80,5 % dos PMF analisados, adotando-se, nos demais, equações volumétricas desenvolvidas pelo Projeto PNUD/FAO. O fator de empilhamento de 3,32 st m⁻³ foi adotado em todos os PMF.

O corte raso foi adotado por todos os PMF, alguns deles apontando restrições de espécies protegidas ou definidas em função de deliberações técnicas não especificadas. Intensidades de corte superiores a 95% do volume, por talhão, foram propostas por 56,1% dos PMF analisados. A menor intensidade de corte adotada foi 64% do volume, sendo que apenas 5 PMF apresentaram intensidade de corte inferior a 80% do volume estimado. Em todos os PMF foi esperada a recomposição da vegetação por meio da rebrota de cepas e por sementes, embora não se apresentem informações a respeito da eficácia do método. Não se descreveram métodos e técnicas de monitoramento de regeneração e crescimento.

Os diagnósticos dos meios físico e biológico basearam-se em dados secundários, com informações de fauna obtidas de depoimentos de moradores locais, sem registros de dados primários nem de literatura especializada, na maioria das vezes repetidas, de forma similar, em vários PMF. As espécies arbóreas citadas nem sempre foram identificadas e foi possível se observar inúmeras imprecisões na classificação e na nomenclatura botânica das espécies.

Apesar de todos os PMF apresentarem os itens correspondentes aos impactos ambientais e medidas mitigadoras, não se observou o cumprimento do mínimo requerido para identificação e interpretação dos impactos e, ainda menos, de proposição e medidas de mitigação. A quase totalidade dos PMF mencionou, como medidas mitigadoras, aquelas que, segundo os responsáveis técnicos dos planos, evitariam maiores impactos, como a interdição do uso de motosserra ou do fogo. Não se propuseram quaisquer métodos para monitoramento dos impactos, fossem eles positivos ou negativos.

Em relação à viabilidade econômica, apenas a estimativa de custos e previsão de preços pôde ser identificada em alguns nos documentos. As receitas

brutas foram estimadas a partir de preços de lenha entre R\$ 11,11 e 30,00 por estéreo, sendo mais frequentes os valores R\$ 22,00 e 25,00/st. Para produção de carvão, consideraram-se preços entre R\$ 5,00 e 6,00 por saco, estimando a produção de 3 sacos a cada 1 st de lenha. O preço da terra não foi considerado nas análises de viabilidade econômica, assim como não se incluíram impostos, encargos sociais e taxas. A remuneração da mão-de-obra, quando considerada, resumiu-se às operações de corte e baldeio da lenha.

Na análise documental e de conformidades realizada por Coelho et al. (2008), nos planos de manejo em Minas Gerais, foi constatado que nenhum dos itens avaliados foi completamente atendido e que aspectos fundamentais para a aprovação e correta execução, como análise de impactos, sistema silvicultural e níveis de intervenção tiveram baixo grau de atendimento, o mesmo ocorrendo em PMF de Pernambuco.

4. Conclusões

O planejamento da exploração madeireira na Caatinga, configurado na elaboração de Planos de Manejo, teve por objetivo o licenciamento da exploração florestal por corte raso, isenta da obrigatoriedade de reposição florestal. Apesar de ser uma atividade realizada há pelo menos 15 anos no Nordeste, não se adotaram estimativas de crescimento que levassem em conta aos fatores do sítio, assumindo indistintamente o ciclo de corte de 15 anos. As técnicas de exploração foram definidas em função de obter o máximo aproveitamento do material lenhoso, sem considerar os usos potenciais das espécies. O único objetivo da exploração florestal foi a produção de lenha, podendo ou não haver a posterior carbonização. Não se adotaram práticas silviculturais para promoção da regeneração nem métodos de monitoramento. A dimensão social, relativa à geração de empregos, condições de trabalho e repartição dos benefícios, não são solicitadas nem foram informadas.

5. Referências

COELHO, D. J. S. et al. Análise documental e de consistência técnica de planos de manejo florestal em áreas de formações florestais no estado de Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v. 32, n. 1, p. 69-80, 2008. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-67622008000100009>>.

AGÊNCIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CPRH. **Instrução Normativa CPRH Nº 007/2006**. Disciplina os procedimentos da CPRH referentes à aprovação da localização da Reserva Legal em propriedades e posses rurais; à autorização para supressão de vegetação e intervenção em Áreas de Preservação Permanente e à autorização para o desenvolvimento das

atividades florestais no Estado de Pernambuco. Disponível em:
<http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/IN%20007%202006;140606;20100420.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2008

PERNAMBUCO Plano de desenvolvimento florestal e da conservação da biodiversidade de Pernambuco. Recife: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2000. 69p.